

Câmara Legislativa fecha ciclo com várias conquistas para o DF



Entre as conquistas alcançadas nos últimos quatro anos, estão a aprovação do Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU), a consolidação do Regime Jurídico Único, a promulgação da Lei Geral dos Concursos e o fim do 14º e 15º salários para os distritais. >> **Páginas 4 e 5**

Cultura

8

Exposição apresenta homens e mulheres que contribuíram para a formação da nação brasileira



GDF terá que executar emendas parlamentares para saúde, educação e infraestrutura.

É o que determina a Emenda à Lei Orgânica nº 85/2014, aprovada pela Câmara Legislativa, e que está em vigor desde o mês passado. **Página 2**

Abriu vaga na rede pública de ensino? Lei manda chamar professor concursado.

A norma proíbe contratação de professores temporários caso haja aprovados em concurso à espera de nomeação. **Página 7**

Meio ambiente

3

Lago Paranoá enfrenta a pressão do crescimento urbano acelerado



Entrevista: Wasny e Rollemberg comentam relação entre Poderes

O Jornal Distrital entrevistou o deputado que deixa a presidência da Câmara Legislativa e o governador que assumirá o GDF pelos próximos quatro anos sobre os desafios políticos da relação entre parlamento e governo. **Página 6**

GDF deverá executar emendas parlamentares para saúde, educação e infraestrutura

Rinaldo Morelli/CLDF



A nova medida vai facilitar a realização de reformas nas escolas públicas

>> **Zínia Araripe**

O próximo governador do Distrito Federal terá que adaptar-se a uma realidade que os anteriores não conheceram: a partir de agora, o governo está obrigado a executar as emendas elaboradas pelos deputados distritais ao orçamento do DF. Isso porque foi promulgada em novembro passado a emenda à Lei Orgânica do DF nº 85/2014, que determina a execução de emendas parlamentares destinadas a investimentos em educação, saúde e infraestrutura urbana.

“Os parlamentares eram obrigados a se dobrar na votação de projetos do Executivo para terem suas emendas executadas. Essa relação de barganha fragilizava o Legislativo. O parlamentar tem que votar com sua consciência e o Executivo tem que

buscar o convencimento por meio de argumentos”, explica o deputado Alírio Neto (PEN), autor da proposta que deu origem à nova emenda. “Sem dúvida nenhuma, essa mudança engrandece as relações republicanas”, complementa.

De acordo com a alteração na Lei Orgânica, aprovada por unanimidade pelos 19 deputados presentes à votação, as emendas parlamentares não devem ultrapassar o limite de 2% da receita corrente líquida prevista.

“É a restauração da vontade popular na execução das emendas. Porque nós não fazemos por nós, nós fazemos por quem nós representamos”, comemorou Chico Leite (PT). O petista teme, no entanto, que o projeto votado sofra contestação por causa da assimetria criada em relação ao plano federal, que por enquanto não alterou a Constituição no que diz respeito a emendas ao orçamento da União feitas por deputados federais e senadores.

Entretanto, na Câmara dos Deputados, já pronta para ser votada em plenário a proposta de emenda à Constituição nº 358/2013, que torna obrigatória a execução orça-

mentária e financeira das emendas parlamentares, “em montante correspondente a um inteiro e dois décimos por cento da receita corrente líquida realizada no exercício anterior”.

Fim das barganhas

“Se o Congresso Nacional já tivesse aprovado a emenda à Constituição, que tem a mesma finalidade da que foi aprovada no DF, teríamos menos dificuldades e vícios no relacionamento entre os Poderes Executivo e Legislativo”, observa o professor Roberto Bocaccio Piscitelli, da Universidade de Brasília (UnB), ao comentar a emenda à Lei Orgânica nº 85/2014, aprovada pela Câmara Legislativa.

Piscitelli, que é vinculado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UnB, considera que a execução orçamentária integral já deveria ser obrigatória, pois isso nada mais seria do que “o Executivo cumprir o compromisso firme que foi estabelecido com a sociedade durante a elaboração do orçamento anual, visando cumprir o programa de governo divulgado”.

Isso, segundo o professor, não acabaria com a flexibilidade de gestão do Executivo que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a cada dois

meses tem de examinar a execução do orçamento em função da arrecadação. Se for preciso, o governo propõe alterações e as submete ao Poder Legislativo. “Dessa forma, seria tudo às claras, sem negociações e barganhas que ameacem o interesse público”, acrescenta Piscitelli.

>> Entenda

A Emenda à Lei Orgânica nº 85/2014, em vigor desde 25 de novembro deste ano, obriga o Governo do Distrito Federal a executar as emendas individuais dos deputados distritais ao orçamento do DF. De acordo com a nova regra, o governo fica obrigado a executar emendas parlamentares destinadas às áreas de educação, saúde e infraestrutura urbana. Além disso, a norma define que qualquer remanejamento de emendas individuais somente pode ocorrer por manifestação expressa do parlamentar autor.

UnB Agência



Professor Piscitelli (UnB): orçamento é compromisso firmado entre governo e sociedade

Palavra do leitor

(61) 3348-8285

palavradoleitor@cl.df.gov.br

Participe enviando opiniões, críticas e sugestões de pauta para o Jornal Distrital.

Jornal Distrital

Mesa da Câmara Legislativa

Presidente: Wasny de Roure - PT
Vice-presidente: Agaciél Maia - PTC
1º Secretária: Eliana Pedrosa - PPS
Suplente: Liliane Roriz - PRTB
2º Secretário: Prof. Israel Batista - PV
Suplente: Joe Valle - PDT
3º Secretário: Aylton Gomes - PR
Suplente: Cristiano Araújo - PTB
Corregedor: Patrício - PT
Ouvidor: Evandro Garla - PRB
Secretário-geral: George Burns

Coordenadoria de Comunicação Social

Coordenador: Pedro Arruda
Redação: Térreo Inferior
 Horário de funcionamento: de 8h30 às 19h
Fone: (61) 3348-8282
Seção de Divulgação:
 Bruno Sodré
Seção de Relações com a Imprensa:
 Éder Wen
Seção de Relações Públicas:
 Selma Mendes Mesquita

Equipe do Jornal Distrital

Editores: Éder Wen e Bruno Sodré
Repórteres: Denise Caputo, Franci Moraes, José Coury Neto, Luís Cláudio Alves, Marco Túlio Alencar, Zildenor Dourado e Zínia Araripe
Projeto gráfico: Diogo Lima
Fotografia: Carlos Gandra, Silvio Abdon e Rinaldo Morelli
Colaboração: Diogo Lima e Walter Rodrigues



Praça Municipal, Quadra 2
 Lote 5, Edifício Sede
 CEP: 70.094-902 - Brasília/DF

www.cl.df.gov.br

Cidade *versus* Lago Paranoá

Cartão postal da cidade, o icônico Lago Paranoá, sonho concretizado de Juscelino Kubitschek, sofre com o acúmulo de lixo, entulho e resto de obras

>> Denise Caputo

Cartão postal de Brasília e apresentado por Juscelino Kubitschek como “a moldura líquida da cidade”, o Lago Paranoá enfrenta a pressão de um crescimento urbano acelerado e desordenado. Entre as principais consequências desse embate está o assoreamento – problema que deixa de ser preocupação exclusiva de ambientalistas, com marcas perceptíveis mesmo aos olhos mais desatentos de alguns frequentadores do local.

O assoreamento é o processo de acúmulo de sedimentos (como lixo, entulho e outros detritos) em rios ou lagos, o que acaba por reduzir a capacidade de armazenamento de água. Pesquisadores apontam dificuldades no acompanhamento do assoreamento do Lago Paranoá, porque os estudos, ao longo dos anos, utilizaram técnicas e metodologias distintas, dificultando comparações. No entanto, é certo que o lago já perdeu entre 2% e 3% de seu volume total desde 1966 até hoje.

O dado é do professor do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB) Henrique Llacer Roig, que acompanha desde 2007 a evolução do padrão de uso e ocupação do solo e suas consequências ao Lago Paranoá. O pesquisador montou uma espécie de série histórica do curso d’água, revelando que da década de 60 para cá o lago perdeu mais de 3 km lineares de água. “A cota mil (1000m acima do nível do mar) ia até a ponte do aeroporto, onde o lago tinha a largura da ponte e 1,5m de profundidade”, revela Roig, que chama a atenção para o fato de já haver uma “pluma” de sedimentos próxima à Ponte das Garças. Se nada for feito, avalia, em alguns anos o trajeto sob a ponte poderá ser feito por terra.

Esse trecho recebe as águas do principal tributário do lago: o Riacho Fundo. Conforme explica o professor de Engenharia Civil e Ambiental da UnB e ex-diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), Oscar Cordeiro Netto, o Riacho Fundo é o braço do Paranoá que mais contribui em termos de águas, poluição e assoreamento, para onde são drenadas as águas pluviais da Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Guará, Vicente Pires, Águas Claras e SIA.

O segundo braço do Paranoá que mais contribui com o assorea-

mento é o Ribeirão do Bananal, às margens do qual registra-se uma intensificação da urbanização na última década. Especialistas são unânimes nas críticas ao processo de construção do Noroeste, a partir de 2009. “O maior problema aconteceu já no estágio inicial, quando se desmatou uma área bem maior do que a necessária, deixando o solo exposto e diminuindo a infiltração”, critica Henrique Roig. Quando chove, é visível o carreamento de terra, restos de obras e lixo para o Bananal e, na sequência, para o Lago Paranoá.

Em curto percurso a pé nas proximidades da saída de águas pluviais do Noroeste, perto da Ponte do Bragueto, o pesquisador em Hidrologia da Embrapa e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá, Jorge Enoch, aponta garrafas pet, brita e outros restos de obras. Onde era só água, uma ilha de sedimentos se acumula e parece se consolidar, com vegetação crescendo ao redor. “O assoreamento é um fenômeno natural, o que não é natural é o ritmo em que tem acontecido no lago”, defende.

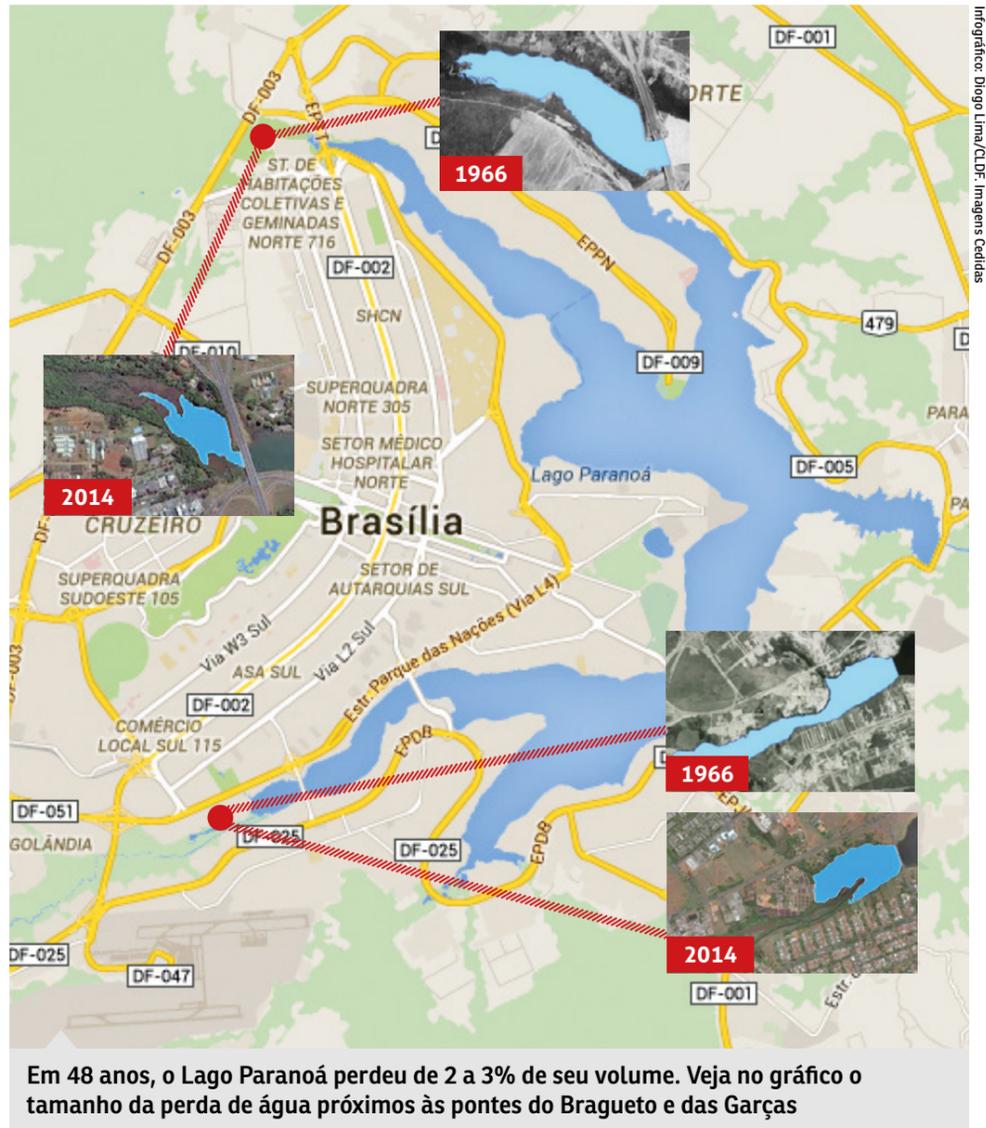
Assoreamento

O acúmulo de sedimentos na área já incomoda os praticantes de canoagem no trajeto Bananal-Lago Paranoá, conforme destaca Wellington Oliveira, que trabalha na orla do final da Asa Norte com aluguel de caiaques e pranchas. “O trecho fica mais raso”, justifica.

O professor Henrique Roig avalia que, há 40 anos, a construção do aeroporto já tenha carreado sedimentos para o Lago Paranoá. Na época, o entendimento sobre ocupação e seus impactos era diferente e, de lá para cá, as tecnologias da construção civil evoluíram bastante. Mas segundo Roig, em relação à remoção e contenção de sedimentos, as práticas continuam praticamente iguais.

“São obras ‘sujas’. No Noroeste, por exemplo, as construtoras não se preocupam com medidas de contenção, como muretas e bacias de retenção”, critica Enoch. Carreando sedimentos, as águas pluviais chegam em velocidade ao Lago Paranoá, onde, por ser um reservatório, perdem velocidade de propagação, deixando de transportar os resíduos – que se acumulam no fundo do lago. “Uma molécula de água leva cerca de um ano para percorrer toda a extensão do lago”, salienta o professor Oscar Netto.

Especialistas recomendam a



adoção de medidas preventivas para evitar o assoreamento. “É melhor e mais barato elaborar um bom projeto de ocupação do solo, respeitar as matas ciliares e adotar medidas que reduzam a erosão”, prega Netto. É consenso também a importância da atuação conjunta do governo, setor privado e população. “A situação do lago é um espelho da sociedade. O copo plástico que você joga na rua termina aqui”, lamenta Jorge Enoch.

Ação corretiva, a dragagem é uma medida cara e que exige estudos prévios. “É preciso saber o volume dos sedimentos e suas condições químicas. E o governo ainda não tem informação suficiente sobre o impacto que pode ser causado ao fazer a remoção”, explica Henrique Roig. Para ilustrar, o professor conta estar avaliando alguns sedimentos retirados do lago e que são ricos em matéria orgânica: “Eles parecem reter metais pesados”.

>> Regras para o uso e a ocupação do Lago Paranoá

O GDF encaminhou à Câmara Legislativa, em 2013, projeto de lei que trata do Plano de Segurança do Uso e Ocupação do Lago Paranoá (PL nº 1.728/2013). A tramitação da matéria, no entanto, foi sobrestada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo da Casa.

O presidente do colegiado, deputado Robério Negreiros (PMDB), é favorável à aprovação de uma Lei para ordenar a ocupação do lago, mas critica a proposta do Executivo: “O projeto retira prerrogativas da Câmara, deixando para o governo definir aspectos relevantes do uso e ocupação do lago. É como assinar um cheque em branco”.

Em nota técnica a pedido do parlamentar, o consultor Legislativo Gustavo Souto Maior Salgado aponta que a proposta do GDF não apresenta regras para o uso e ocupação do lago, limitando-se a relacionar os objetivos do Plano de Segurança a ser elaborado pelo Executivo; discriminar os temas a serem tratados no Plano; instituir comitê gestor a ser definido na regulamentação da lei; estabelecer sanções pelo descumprimento do futuro plano, e determinar que as atividades náuticas dependam de licenciamento da Administração de Brasília. O consultor sugeriu o arquivamento do PL, lembrando tramitar na Casa a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), que trata da restauração do caráter bucólico da orla do Paranoá. “Mais lógico, assim, que o Plano em questão aguarde a definição da ocupação de suas margens”, aconselha.



Próximo à Ponte do Bragueto, uma ilha começa a se formar com entulhos da construção do Noroeste

Sexta legislatura termina com muitas conquistas para o DF



Fábio Rias/CLDF

O plenário foi palco de votações importantes, como a consolidação do Regime Jurídico Único com a exigência de ficha limpa para todos os cargos comissionados do DF

A legislatura que se encerra enfrentou o desafio de reorganizar o cenário político do DF, depois do impeachment que retirou José Roberto Arruda do governo. Medidas como o fim dos salários extras para os distritais, a divulgação de todos os gastos dos parlamentares na Internet e a proibição do nepotismo marcaram os últimos quatro anos

>> **Luís Cláudio Alves**

A sexta Legislatura (2011/2014) da Câmara Legislativa do Distrito Federal chega ao fim com números expressivos. A atuação dos deputados distritais pode ser avaliada a partir do balanço dos principais fatos destes últimos quatro anos. A Legislatura foi marcada por um corte nos gastos do Legislativo e adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); extinção pioneira dos subsídios extras dos distritais (14º e 15º salários); ações de transparência (como a publicação de salários de servidores e as verbas indenizatórias dos distritais); realização de inúmeras audiências públicas e aprovação de leis importantes, como o Plano Diretor de Transporte Urbano, atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e reestruturação de dezenas de carreiras de servidores públicos.

O **Jornal Distrital** apresenta nesta edição uma retrospectiva da Legislatura, com os destaques do período. Os números também chamam a atenção. Durante o período foram realizadas cerca de 250 audiências públicas nas dependências da Câmara ou junto à comunidade. Nestes eventos, os deputados distritais discutiram diversos assuntos com a população do DF, em muitos casos auxiliando na solução de problemas que se arrastavam há anos

ou intermediando a relação da sociedade com o governo.

Com relação à apreciação de proposições, a Câmara aprovou de 2011 até novembro deste ano, aproximadamente 2.500 propostas, entre projetos de lei, projetos de lei complementar, propostas de emenda à Lei Orgânica (PELO), decretos legislativos, resoluções e outros.

Transporte

Um dos primeiros temas que recebeu atenção dos distritais em 2011 foi o transporte público. Depois de muitas negociações, realização de audiências públicas com a comunidade e aperfeiçoamento do texto original, a CLDF aprovou em 20 de abril de 2011 o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal (PDTU). De acordo com o Plano, até 2020 serão investidos cerca de R\$ 5 bilhões em todo o sistema de transporte coletivo do DF e também do Entorno. Entre as inovações previstas estão a criação de corredores exclusivos para ônibus, construção de terminais, ciclovias, calçadas, conclusão da Linha Verde, integração do metrô com o transporte coletivo das cidades do Entorno, bilhetagem eletrônica e quatro novas estações do metrô na Asa Norte.

Ainda em 2011, os distritais aprovaram a possibilidade dos participantes do programa Nota Legal, não contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ou do Imposto de Propriedade de Veícu-

los Automotores (IPVA), receberem os seus créditos por meio de depósitos em conta corrente ou caderneta de poupança.

Ainda no primeiro ano da Legislatura, foi publicado o Ato da Mesa Diretora nº 90/2011, que veda a nomeação de parentes para funções de confiança, cargo em comissão ou gratificação na estrutura administrativa da Casa. A proibição alcança cônjuges ou companheiros e parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, em linha reta ou colateral.

Gastos

No segundo quadrimestre de 2011, os gastos da Câmara Legislativa baixaram para 1,44% da Receita Corrente Líquida (RCL) do DF, o que representou o melhor resultado alcançado pela Casa desde a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000. O controle dos gastos foi mantido ao longo de toda a Legislatura, com a Câmara inclusive devolvendo recursos para o caixa do GDF, como em 2012, quanto a Casa repassou R\$ 20 milhões ao Poder Executivo para cobrir despesas com pessoal e encargos sociais de diversas áreas do governo local.

Leis importantes para o setor produtivo, a preservação ambiental e os servidores públicos foram aprovadas em 2011. Uma das propostas instituiu o Programa de Fomento à Atividade Atacadista (Proatacadista), que concede benefícios fiscais e reduz impostos. Os deputados tam-

bém aprovaram projeto que estabelece o Plano da Gestão Integrada de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, que prevê responsabilidades e disciplina a ação de quem gera os resíduos, transporta ou recebe os materiais.

Servidores

E depois de muitos anos de reivindicação, os servidores públicos do Distrito Federal finalmente ganharam um Regime Jurídico Único (RJU), normatização que reúne todos os direitos e deveres de mais de 132 mil empregados do setor público local. O texto aprovado manteve a exigência de ficha limpa para ocupação de cargos comissionados. Ao longo dos últimos quatro anos, a Câmara também aprovou aproximadamente 50 projetos de reestruturação de carreiras de servidores, sempre com muito diálogo com os interessados.

14º e 15º salários

Afinada com o clamor da sociedade, a Câmara Legislativa foi pioneira no País e, em fevereiro de 2012, acabou com o pagamento de subsídios extras, também conhecidos como 14º e 15º salários, aos deputados distritais. O pagamento do benefício havia sido instituído pelo Senado Federal em 1996 e sua aplicação se estendeu aos Legislativos estaduais e à Câmara dos Deputados. Os subsídios eram pagos como ajuda de custo no início e no final de cada ano.



Momentos marcantes da legislatura: aprovação de planos de carreira para várias categorias, discussão sobre problemas da cidade e participação da população nas votações

Conquistas desta legislatura para o DF

2011

- Plano Diretor de Transporte Urbano
- Opção de recebimento de créditos do programa Nota Legal em dinheiro
- Proibição do nepotismo na Câmara Legislativa
- Redução de gastos e ajuste à Lei de Responsabilidade Fiscal
- Lei do Proacadista
- Plano de Gestão de Resíduos Sólidos
- Regime Jurídico Único para servidores do DF

2012

- Fim do 14º e 15º salário para deputados distritais
- Criação da Comissão de Governança, Transparência e Controle Social
- Lançamento do novo Portal da Câmara Legislativa
- Publicação de informações sobre salários de servidores e gastos com verbas indenizatórias no Portal da Câmara Legislativa
- Atualização do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)
- Lei Geral dos Concursos
- Regularização fundiária de clubes recreativos e esportivos
- Lei de Incentivo à Cultura
- Criação do vagão rosa no Metrô-DF

2013

- Câmara sai do cadastro de inadimplentes da dívida ativa
- Aprovação do aumento de repasse de recursos para Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP-DF), de R\$ 70 milhões para cerca de R\$ 300 milhões
- Reestruturação de dezenas de carreiras de servidores públicos
- Normas para regularização de templos religiosos e entidades assistenciais

2014

- Política de atendimento educacional especializado para estudantes com altas habilidades
- Obrigação do GDF de executar as emendas individuais dos deputados ao orçamento do DF, quando forem destinadas às áreas de educação, saúde e infraestrutura urbana

Transparência

Em abril de 2012, a Câmara criou a Comissão de Governança, Transparência e Controle Social, com o objetivo de “combater a corrupção pelo fortalecimento da gestão eficaz e transparente, construindo caminhos para o efetivo controle social no DF”. O Legislativo local se adequou à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), dando transparência total de seus atos. A Casa ganhou um novo Portal (www.cl.df.gov.br), que divulga informações sobre o orçamento da CLDF, verba indenizatória e demonstrativo de pessoal, os atos administrativos do presidente e da Mesa Diretora, as atas de reunião da Mesa e do Gabinete da Mesa Diretora, as portarias, relatórios de auditoria interna e de ações de fiscalização externas. O Portal disponibiliza a tabela de remuneração dos seus servidores, com matrícula, cargo ocupado, local de lotação, data de ingresso na Casa, salário bruto, dados sobre redutor de teto e o vencimento líquido.

Ainda em 2012, os deputados aprovaram projeto de lei complementar que atualiza o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). O Plano estabelece regras para ocupação do solo e regularização fundiária, um dos problemas mais graves do DF. No mesmo ano, foi aprovado um projeto de lei que tratou especificamente da regularização fundiária de terrenos ocupados por instituições sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades desportivas, culturais, recreativas e de lazer, como os clubes. O projeto garante o direito de preferência aos atuais ocupantes que desenvolvam suas

atividades por um período mínimo de 10 anos.

Concursos

A aprovação da Lei Geral dos Concursos movimentou os cursinhos e os concurseiros da capital. O DF foi a primeira unidade da Federação a contar com uma legislação que estabelece regras claras para a realização de concursos públicos. Entre as regras previstas na legislação estão o fim do cadastro reserva, obrigatoriedade de contratação dos aprovados dentro do prazo de validade da seleção, intervalo mínimo de 90 dias entre o edital e a realização da prova, proibição de dois concursos do GDF no mesmo dia, proibição de repetição de questões já cobradas em outros exames e direcionamento de provas.

Cultura

Outro projeto aprovado em 2012 que mexeu muito com a cidade foi a Lei de Incentivo à Cultura. O texto estabelece as regras para a concessão de incentivo fiscal a empresas que apoiem financeiramente a realização de eventos culturais, mediante doações ou patrocínios. A previsão inicial era de que a lei proporcionasse mais R\$ 50 milhões anuais para a cultura.

Vagão rosa

Uma lei aprovada na Câmara em 2012 criou um vagão exclusivo para mulheres no metrô, chamado de “vagão rosa”. O serviço começou a funcionar em 2013 e também está disponível para pessoas com deficiência. A exclusividade vale de segunda a sexta-feira nos horários de pico: das 6h às 8h45 e das 16h45 às 20h15.

No início de 2013, a CLDF conseguiu resolver uma pendência que durava desde 1991, conseguindo retirar as seis inscrições que a Casa tinha no Cadastro Informativo de Créditos

Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin). De acordo com a regulamentação do Tesouro Nacional, os entes da Federação que possuem pendências junto à União ficam proibidos de assinar empréstimos internos ou externos.

O aumento da destinação de recursos para a área de pesquisa também é uma das conquistas desta Legislatura. A Câmara aprovou uma emenda à Lei Orgânica que altera a destinação de recursos no orçamento para a Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP/DF), passando de 0,5% da receita corrente líquida do DF para 2%. A previsão é de que a medida aumentará a verba repassada para a fundação de aproximadamente R\$ 70 milhões para cerca de R\$ 300 milhões.

Outra emenda à Lei Orgânica aprovada pelos distritais permite a regularização de templos religiosos e entidades assistenciais que ocupam áreas públicas no DF. O texto permite ao governo fazer a doação dos terrenos para os templos e entidades que já ocupam as áreas.

Em 2013, a Câmara Legislativa aprovou a cassação do mandato do deputado Raad Massouh, por quebra de decoro parlamentar. A cassação do parlamentar foi aprovada com 18 votos favoráveis, três contrários e duas abstenções. Raad Massouh foi o terceiro parlamentar cassado pela Câmara Legislativa. O primeiro foi Carlos Xavier, em agosto de 2004, e depois foi a vez de Eurides de Brito, em junho de 2010.

Em 2014 foi aprovado o projeto de lei que garante atendimento educacional especializado aos estudantes do DF com altas habilidades. O projeto prevê regras para o processo de identificação de superdotados e estratégias pedagógicas específicas para essa parcela de alunos.

Legislativo e Executivo: o desafio da relação entre os poderes

O Jornal Distrital entrevistou o presidente da Câmara Legislativa, Wasny de Roure (PT), e o governador eleito do DF, Rodrigo Rollemberg (PSB), sobre os desafios que devem ser enfrentados para amenizar a tradicional queda de braço entre governo e parlamento



>> Zildenor Dourado

Jornal Distrital: O que o senhor destaca no trabalho desses últimos quatro anos da Câmara Legislativa, em especial nos dois anos em que esteve à frente da presidência da Casa?

Wasny: Essa legislatura começou com Brasília nas páginas criminais (o presidente se refere à crise política decorrente do impeachment do então governador José Roberto Arruda, em 2010). Nosso desafio maior era restabelecer o funcionamento do Estado e de suas instituições. Além disso, também queria destacar a consolidação de uma relação de maior credibilidade com os servidores do DF, principalmente depois da aprovação da lei do Regime Jurídico Único, que sistematizou todas as conquistas dos trabalhadores.

A Câmara Legislativa é o espaço político por excelência. Aqui são tomadas as decisões e discutidos os temas relevantes para o Distrito Federal, como por exemplo o debate sobre a alteração da alíquota de ICMS para querosene de aviação. Essa alteração foi fundamental para transformar o aeroporto de Brasília num espaço de grande movimentação, inclusive econômica. Outro tema importante que passou pela Casa foi a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) e a construção do Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU). A Câmara teve grande envolvimento, ainda, na transformação da Terracap em agência de desenvolvimento.

JD: Por que não foi possível votar a Lei de Uso e Ocupação do Solo e o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, tão aguardadas pela sociedade?

Wasny: A votação desses projetos, fundamentais para a regularização fundiária do DF, esbarrou na falta de condições adequadas do Complan (Conselho de Planejamento Territorial e Urbano) para tratar a matéria com autonomia e representatividade. Não poderíamos ser irresponsáveis de votar projetos de tamanha magnitude nesse cenário tumultuado, com o Ministério Público questionando a atuação do colegiado.

JD: O que dificulta a relação institucional entre o Executivo e o Legislativo?

Wasny: O novo governo tem que tomar o cuidado de equalizar a sua relação não somente com a sociedade

de civil, pois as ações políticas são efetivamente executadas pelos representantes da população no parlamento. Às vezes, um governo com ampla maioria na Câmara acaba deixando de atender as demandas dos parlamentares. Porém, é importante estarem atentos ao que o deputado solicita, pois ele representa um segmento da população. Em relação à emenda à Lei Orgânica do orçamento impositivo (Emenda à Lei Orgânica nº 85/2014), trata-se de um tema que já avança no plano federal. É um debate que já estava colocado há bastante tempo no Congresso Nacional. Acho que o novo governo tem que estabelecer uma outra forma de interagir com o Legislativo, pois aqui é o espaço da política.

JD: O senhor foi reeleito, mas deixa a presidência da Casa após dois anos. O que planeja para os próximos quatro anos de mandato?

Wasny: A partir do ano que vem (Wasny foi reeleito deputado distrital com 19.318 votos), deixarei a presidência da Casa e voltarei a me concentrar no meu mandato. Quero estar mais nas ruas, ouvindo a população e também gostaria de atuar na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

JD: Que marcas positivas esta legislatura deixa como legado para o DF?

Wasny: Também acho importante lembrar algumas conquistas recentes, como a maior aproximação com o TJDF, MPDF e TCDF, que, na prática, permitiu alcançarmos êxito em processos como o da regularização de áreas para templos religiosos. Racionalizamos os gastos públicos e conseguimos alcançar uma economia de cerca de R\$ 56 milhões em 2013 e estamos prevendo, para este ano, uma economia de R\$ 30 milhões para os cofres públicos. Outra grande conquista para a população foi a série de medidas de transparência que adotamos. Hoje, qualquer um pode acessar no nosso site a execução orçamentária da Casa, os processos licitatórios, informações de remuneração e gastos com pessoal, atas das sessões plenárias e reuniões de comissões, além, é claro, de todos os trâmites do processo legislativo.



>> Zínia Araripe

JD: A nova composição da Casa tem a marca da pluralidade: 16 partidos estão representados, sendo que 12 deles contarão com apenas um deputado. Sua coligação elegeu quatro parlamentares. Como o senhor pretende dialogar com essa pulverização de partidos? Espera contar com a maioria para aprovação dos projetos do Executivo ou com uma oposição sistemática? Enfim, como pretende conduzir a relação do GDF com o Poder Legislativo local?

Rollemberg: A relação entre o Executivo e o Legislativo deve se pautar sempre pelo respeito, pelo entendimento do papel que cada Poder tem e pela negociação política legítima, transparente, em busca de um entendimento que beneficie a população. Essa é a essência de uma relação republicana. Relações promíscuas só servem para afastar cada vez mais o Executivo e o Legislativo do povo, o que faz mal para o sistema democrático. Tanto os que exercem o governo quanto os que representam o povo nos parlamentos têm de defender a dignidade de suas funções e dos Poderes. Por isso acredito que teremos com a Câmara Legislativa uma relação positiva e faremos as legítimas negociações políticas, que envolvem inclusive a participação de partidos e parlamentares no governo, de forma republicana. Espero contar com a maioria para a aprovação dos projetos do Executivo, mas estarei aberto à discussão e ao diálogo para aperfeiçoá-los ou até retirá-los, se for convencido de que esse é o interesse público.

JD: Quais serão os projetos prioritários do Executivo que pretende aprovar na Casa nos primeiros meses de seu governo?

Rollemberg: Estamos definindo, com a equipe de transição e brevemente com os secretários e demais dirigentes do futuro governo, quais serão nossas ações nos primeiros 120 dias de governo. Mas certamente enviaremos à Câmara projetos de lei que possibilitem a realização de mudanças administrativas que estamos estudando para modernizar o Estado, desburocratizar procedimentos e reduzir os gastos, tornando

do a administração mais eficiente e transparente. E criaremos, como já anunciado, o Conselho de Transparência integrado exclusivamente por representantes de entidades da sociedade civil.

JD: Dois importantes projetos, a LUOS e o PPCUB, têm enfrentado vários percalços na sua tramitação e até agora não houve entendimento para votação. Na sua opinião, o que falta para que esses projetos possam se transformar em leis e cumprir seus objetivos de regular a ocupação do solo e contribuir para o desenvolvimento de Brasília e do DF?

Rollemberg: Falta sobretudo diálogo com os diversos segmentos da sociedade mais envolvidos com o tema. Temos de mudar a postura do governante, que deve sair dos gabinetes e dialogar com a população, que deve submeter seus estudos técnicos à discussão com os envolvidos, que deve colocar os interesses do povo acima dos interesses particulares.

JD: Qual é a sua opinião sobre o chamado "orçamento impositivo", ou seja, a execução obrigatória de emendas dos deputados ao Orçamento do DF?

Rollemberg: Não vejo problema com o orçamento impositivo, desde que as emendas estejam voltadas para beneficiar realmente a população. É importante, assim, que essas emendas sejam bem discutidas por ocasião de sua aprovação e que os parlamentares entendam a realidade orçamentária no momento de sua execução.

JD: Um dos projetos aprovados pela Câmara Legislativa neste final de ano altera Lei de 1999, retirando do Governador do DF a autoridade para criar ou extinguir unidades administrativas, cargos de natureza especial e em comissão, sem passar pela aprovação da Câmara. Como o senhor vê essa restrição?

Rollemberg: Este projeto cria uma dificuldade desnecessária quando as mudanças não representam aumento de despesas. Suspeito, com base em opiniões de juristas, que é inconstitucional. Se estiver em vigor, temos de cumprir a lei.

Campanhas educativas: prevenir, sensibilizar e conscientizar



A maior parte das campanhas abraçadas pela Câmara Legislativa tem foco em questões de saúde pública

>> **Franci Moraes**

O engajamento da Câmara Legislativa em campanhas educativas ocorreu em diversas frentes nesta legislatura, seja em adesão a movimentos globais, pela participação em campanhas do Distrito Federal e também por iniciativas da própria instituição e de parlamentares que abraçam causas sociais.

A Casa participou da campanha Outubro Rosa iluminando-se com essa cor, como também o fizeram inúmeros monumentos, prédios e locais históricos de diversos países, para chamar a atenção sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama, o que mais mata mulheres em todo o mundo. Ao trazer a campanha para dentro de sua sede, a Câmara distribuiu aos cidadãos cartilhas explicativas sobre os sinais da doença, instruções para o autoexame, informações sobre como marcar mamografias no Sistema Único de Saúde e o que fazer para prevenir a doença, entre outras orientações.

Em 11 de outubro, o Legislativo local engajou-se no Dia Mundial Contra

a Obesidade Infantil. A data, véspera do dia das crianças, serve de alerta aos pais para a luta contra a balança desde cedo para fugir do sobrepeso. Na Casa, a questão foi debatida por médicos e educadores, que destacaram a necessidade da prática de exercícios físicos associada a dietas apropriadas para crianças. As discussões foram reavaliadas, após dois meses, quando voltaram à pauta por iniciativa parlamentar em audiência pública sob o lema “Obesidade infantil: vamos fazer a diferença”, com destaque para o envolvimento do governo no processo de educação alimentar.

Em novembro, a CLDF uniu-se ao esforço da Organização das Nações Unidas (ONU) para combater o diabetes, mal que aflige mais de 400 milhões de pessoas no mundo. No dia 14, data em que 150 países discutem formas de prevenção à doença, a Casa realizou sessão específica sobre tratamentos e fatores responsáveis pela epidemia. O plenário mostrou, durante o evento, o círculo de cor azul que simboliza a campanha. No mesmo mês, aderiu ao Novembro Azul, campanha mundial de combate ao câncer de próstata. Na

Câmara Legislativa, foram distribuídos panfletos com o tema “Diagnóstico precoce é sinônimo de cura”.

A Casa apoia o Dezembro Vermelho, ação mundial de prevenção à AIDS. Como a doença não apresenta sintomas iniciais, o diagnóstico precoce feito por exames laboratoriais é fundamental para interromper a cadeia de transmissão do vírus e também para que o tratamento seja realizado de maneira adequada. O laço vermelho de metal, símbolo da campanha, tem usado por parlamentares para divulgar a causa.

Em primeiro de dezembro, no Dia Internacional de Luta da Pessoa com Deficiência, a Casa reforçou medidas inclusivas, como a não cobrança de sobretaxa em escolas a crianças com deficiência. O diagnóstico precoce do autismo, doença de difícil detecção, foi tema de campanha de sensibilização, fruto de parceria entre gabinete parlamentar e associações ligadas aos direitos dos autistas.

Espaço de mobilização

Por meio da cessão de seu espaço, a sede da Câmara participa de

campanhas educativas e ações de voluntariado. Desde que a nova sede se instalou às margens do Eixo Monumental, há quatro anos, tornou-se parceira da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB) na campanha anual de doação de sangue. A captação é feita pelos próprios servidores de saúde da Câmara. Médico do trabalho há 21 anos, Florêncio Sinzato, destaca que a doação de sangue é um ato de natureza voluntária, ligado à conscientização.

De acordo com Sinzato, as campanhas educativas de prevenção, a exemplo do Outubro Rosa e do Novembro Azul, têm por meta diminuir o preconceito e popularizar a realização de exames. “Com a sensibilização, a eficácia das campanhas aumenta. Essa é a ideia do processo de conscientização e adesão”, afirma. Daí a importância, segundo ele, do envolvimento do Poder Legislativo nesse processo: “Ao participar dessas ações, a Câmara demonstra que não é um poder isolado, mas democrático, dando sentido ao que é: a casa do povo”.

É Lei

Vagas na rede pública de ensino são de professores concursados

>> **Zínia Araripe**

A partir de dezembro de 2014, a contratação de professores concursados para a educação básica do ensino público torna-se obrigatória nos casos de aposentadoria ou criação de novos cargos durante a vigência do último concurso realizado. A Lei nº 5.417/2014, que traz essa determinação, foi publicada no dia 1º e originou-se de um projeto do deputado Professor Israel Batista (PV).

Conforme pesquisa no Diário Oficial do Distrito Federal, mais de 700 professores se aposentaram nos anos de 2009 e 2010. Até junho de 2011, ninguém foi chamado para ocupar os cargos vagos, apesar de existirem mais de mil aprovados em concurso público aguardando nomeação. Essa foi uma das justificativas apontadas por Batista para o projeto de lei.

Um dos candidatos aprovados é o

músico Álvaro Henrique Santos, pretendente a professor de violão erudito nas escolas-parque, na Escola de Música e no ensino integral. Ele foi aprovado em terceiro lugar e o concurso só previa uma vaga para sua especialidade. Outras vagas surgiram em virtude de aposentadoria, mas o GDF preferiu colocar professores temporários para ocupá-las.

Álvaro Henrique apelou para a Justiça, que negou o pedido de liminar apresentado. Como o concurso vence em 31

Arquivo Pessoal



Aprovado, Álvaro critica nomeação de temporários

de dezembro e a Lei entrou em vigor no dia 1º de dezembro, o músico voltou a ter esperança de conseguir entrar. “É importante compreender que o cadastro reserva compõe-se de pessoas igualmente adequadas e preparadas para ocupar a vaga, que podem ter perdido a disputa por causa de uma pegadinha nas provas”, destacou Henrique.

O deputado Israel Batista lembra que o Ministério Público do DF já havia firmado um Termo de Ajustamento de Conduta com o GDF estipulando que a contratação de professores temporários para suprimento de carências definitivas

só seria possível se não existissem candidatos aprovados em concurso público aguardando nomeação para a disciplina.

O deputado apoiou-se também em decisões do Supremo Tribunal Federal. Na justificativa de seu projeto de lei, cita o ministro Ricardo Lewandowski: “seria irracional abrir um concurso e não prover as vagas, até porque a Administração Pública se sujeita [...] ao princípio da economicidade e da eficiência”. Já Marco Aurélio Mello defende que o Estado não faz concurso “para saber se há no mercado pessoas habilitadas aos cargos, mas sim para o preenchimento desses cargos”.

Professor Israel Batista destaca ainda o esforço e as renúncias aos quais tem que se submeter um candidato a concurso. O razoável seria, complementa, “a retribuição da confiança depositada no órgão realizador do concurso público e, de uma maneira geral, na Administração Pública”.



Os 25 quadros expostos no salão do plenário apresentam heróis muitas vezes esquecidos pelo país

Os formadores da nação brasileira em exposição na Câmara Legislativa

>> Marco Túlio Alencar

A formação da nação brasileira é o tema central da exposição “Construtores do Brasil – Homens e Mulheres que ajudaram a fazer um grande País”, em cartaz na Câmara Legislativa do Distrito Federal até o final do mês de janeiro. A mostra apresenta retratos de 25 personalidades históricas, de várias épocas, em técnicas diversas. Os quadros são de autoria de artistas brasileiros de diferentes regiões, como Romero Britto, Darlan Rosa e Elias Andreato.

Na avaliação do Conselho Curador de Cultura da CLDF, além do valor artístico, a exposição é uma rara oportunidade de nos fazer pensar a respeito da formação da nossa nação, construída pela união e força de três povos – africanos, europeus e indígenas – que dão ao Brasil uma característica única entre os grandes países do mundo. É também um convite à reflexão sobre as atitudes de pessoas que deixaram a sua marca em áreas diversas, como a política e a solidariedade.

Idealizada pela Câmara dos Deputados para as comemorações dos 190 anos da Independência, a exposição “é uma oportunidade de reatar os laços com a nossa História e perceber a importância da-

queles que ajudaram a fazer deste um grande País”, observa o presidente da CLDF, deputado Wasny de Roure.

“Com esta iniciativa, de trazer à população de Brasília uma mostra tão rica em significados e importância histórica, a Câmara Legislativa reforça o compromisso de contribuir com a educação dos brasilienses, no sentido mais amplo, por meio da arte e da cultura”, acrescenta o parlamentar.

Panteão

Figuras mais constantemente presentes no imaginário do povo brasileiro se juntam a outros menos lembrados, mas nem por isso menos importantes, para compor a exposição formada por trabalhos que também apresentam a diversidade de técnicas e a criatividade dos nossos artistas.

Os quadros – que em alguns casos vão além do retrato, pois contêm a marca individual do artista – formam um conjunto que reforçam ou recriam a imagem desses heróis, que compõem o panteão do Brasil. A mostra é um recorte mínimo – pois somos e já fomos milhões –, e apenas 25 pessoas são retratadas. “Contudo, são personagens que podem, por meio de seus exemplos de fé, garra e coragem, nos

inspirar visando à construção de um País, e de um mundo, melhor”, na visão do Conselho Curador de Cultura da CLDF.

Artistas

São os seguintes os personagens que compõem a galeria (os artistas autores das obras têm os nomes entre parênteses): Ajuricaba (Óscar Ramos); Almirante Tamandaré (Hamilton Gondim); Anita Garibaldi (Catarina Gushinken); Barão do Rio Branco (JG Fajardo); Bento Gonçalves (Urbano Villela); Deodoro da Fonseca (Flávio Tavares); Dom Pedro I (Fernando Gurgel); Duque de Caxias (Titina Corso); Filipe Camarão – Poti (Otoniel); Floriano Peixoto (Heriberto Rebouças); Frei Caneca (Romero Britto), e Getúlio Vargas (Elifas Andreato).

E ainda: Henrique Dias (Roberto Ploeg); José Bonifácio (Marysia Portinari); Juscelino Kubitschek (Darlan Rosa); Luís Carlos Prestes (Gougou); Maria Quitéria (Tony Lima); Padre Manuel da Nóbrega (Paulo Acencio); Pedro Álvares Cabral (Henrique Passos); Plácido de Castro (Ueliton Santana); Princesa Isabel (Yara Tupynambá); Raposo Tavares (Christina Oiticica); Tibiriça (Jocelino Soares); Tiradentes (Carlos Bracher), e Zumbi (Juarez Venâncio).

Arte e história: confira os destaques



Ajuricaba

Amazonas, séc. XVII – 1729 (Amazonas)

Príncipe dos manaus, poderosa confederação de tribos do Amazonas, localizada entre os rios Negro e Branco, o tuxaua (líder) Ajuricaba, sem se dobrar ao Império, tornou-se o símbolo da insubmissão dos índios à opressão colonial.

Artista: Óscar Ramos (técnica mista)

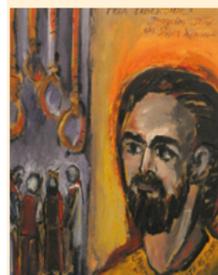


Maria Quitéria

Feira de Santana (BA), 1792 – 1853 (Bahia)

Na luta pela Consolidação da Independência, na Bahia, o soldado Medeiros era na verdade Maria Quitéria de Jesus. Fingindo ser homem, a camponesa alistou-se num batalhão de voluntários que combatia forças leais à Coroa Portuguesa, resistente à autonomia do Brasil.

Artista: Tony Lima (óleo sobre tela)



Tiradentes

Vila de S. José, atual Tiradentes (MG), 1746 – 1792, Rio de Janeiro (RJ)

Líder da Conjuração Mineira (1789), Joaquim José da Silva Xavier passou à história como um precursor da Independência do Brasil. De origem humilde, órfão, pouco estudou e teve várias profissões, inclusive a de dentista, antes de ser militar.

Artista: Carlos Bracher (óleo sobre tela)



Zumbi dos Palmares

União dos Palmares (AL) – 20/11/1695, Viçosa (AL)

Zumbi nasceu livre na terra que viria a ser seu próprio reino, o Quilombo dos Palmares (AL), que reuniu, a partir do século XVI milhares de negros fugidos, alforriados ou ali nascidos. Traído, foi morto numa emboscada. A data da sua morte é hoje o Dia da Consciência Negra.

Artista: Juarez Venâncio (óleo sobre tela)

>> Serviço

Construtores do Brasil

Salão do Plenário - Câmara Legislativa do DF

Segunda a sexta, das 8h às 19h (exceto feriados)

Em janeiro, a visitação será das 13h às 19h